

XXIV ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

**SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO NO BRASIL: PROPOSTAS E
REALIZAÇÕES DOS EDUCADORES LIBERAIS E RADICAIS**

GT 02 – EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

2ª SESSÃO – CIÊNCIAS SOCIAIS E EDUCAÇÃO

DIANA COUTO PINTO – UNESA/PROEDES

MARÍLIA DE ARAÚJO PIMENTEL – UERJ/ANPED

MARIA CRISTINA LEAL –UFF/UCP

SISTEMA PÚBLICO DE ENSINO NO BRASIL: PROPOSTAS E REALIZAÇÕES DE EDUCADORES LIBERAIS E RADICAIS

INTRODUÇÃO

Este texto se originou de uma pesquisa realizada entre 1994 e 1995, que investigou o processo de formulação do discurso em defesa do sistema público de ensino no Brasil, no período 1920 a 1994, tendo por base as idéias e realizações de seus principais articuladores no eixo Rio de Janeiro e São Paulo. A pesquisa reconstituiu as trajetórias liberal e radical dos educadores a partir de linhas de continuidade estabelecidas entre as matrizes liberal e socialista em defesa do sistema público de ensino¹.

Algumas premissas orientaram o trabalho. A primeira considera que as matrizes liberal e socialista em defesa do sentido público da educação, em nosso País, têm por base uma problemática teórica que ao colocar em confronto sua formulação e possibilidades de efetivação permitem, contraditoriamente, explicar tal defesa pela manutenção do sentido estatal do sistema público de ensino. A segunda pressupõe que despeito das diferenças entre os argumentos apregoados em defesa do sistema público de ensino, cientistas sociais como Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro entendem suas respectivas propostas educacionais – via partidos políticos – como reformas ou revoluções dentro da ordem, direcionadas para o socialismo. E é nesse sentido que as entendemos como “radicais”.

Os primeiros ensaios progressistas de reformas educacionais realizadas em algumas unidades da federação, na década de 20, com vistas à ampliação das ofertas dos serviços públicos educacionais foram inspiradas no ideário escolanovista e liderados por Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e outros. Este movimento cresceu em intensidade após 1932 quando o Manifesto da Escola Nova², defendendo a adoção de uma

¹ Para conduzir a pesquisa, buscamos orientação nas contribuições e aproximações entre análise do discurso (AD) e análise de conteúdo (AC). Da primeira extraímos principalmente a proposta das condições de produção do discurso, formação discursiva, organização argumentativa e silêncio local. O recorte histórico-sociológico fundamenta-se na crença de mudança social segundo à tradição da ilustração e da modernidade, alimentada pela cultura industrial e pela ideologia do progresso. A construção do objeto da pesquisa, que se ocupa em investigar o envolvimento de cientistas sociais e educadores nas lutas em prol do ensino público, perpassa o campo pedagógico.

² Conforme registrou Florestan Fernandes, em depoimento ao INEP, o sentido da mudança para os pioneiros de 32 era progressivo e previa o desencadeamento de um novo tipo de sociedade, uma sociedade burguesa e moderna. Desse modo, é a crise do poder das oligarquias que desemboca em 30, no “Estado de Compromisso”, ponto de partida para formulação e implementação de propostas políticas favoráveis à criação de um sistema público de ensino. Desse contexto, emergem as linhas básicas que vão nortear a luta que até hoje travamos em prol do ensino público, laico, gratuito e de qualidade.

pedagogia apropriada às necessidades da industrialização e às exigências democráticas, pregava a universalização da escola pública, única, laica e gratuita como requisito essencial para o progresso e o desenvolvimento do País³.

Nesses anos foram criadas as condições para emergência de um grupo de educadores comprometidos com a idéia de mudança social ancorados em uma fundamentação sociológica da sociedade. Esta *intelligentsia* se apresentou no espaço social de onde emergiu o desafio de atendimento, por parte do poder público, às necessidades das massas concentradas no contexto urbano, no qual estavam assentadas as pré-condições para o aprofundamento do processo de industrialização. Essa realidade de uma sociedade em transição propiciou o aparecimento de uma opinião pública sedenta de propostas inovadoras, e ao mesmo tempo crítica das bases e da estrutura de dominação oligárquica tradicional.

AS TRAJETÓRIAS

Para criar as condições de articulação coletiva de produção e implementação de projetos inovadores, os Pioneiros e seus discípulos transitaram e ocuparam espaços institucionais estratégicos. Estiveram presentes nas unidades da federação, já em meados dos anos 20 e nos anos 30, reformando o ensino público (Fernando de Azevedo e a Reforma do D.F. de 1927 a 1930, e em São Paulo em 1933); Anísio Teixeira (na Bahia e no Distrito Federal, de 1931 a 1935). Estiveram presentes na Associação Brasileira de Educação (ABE), fundada em 1924, por Heitor Lira, que se destacou como agência na qual os educadores formularam diagnósticos e alternativas para o problema educacional do país. Atuaram na Imprensa (O Estado de São Paulo) que, segundo Irene Cardoso (1982), era espaço estratégico do partido constituído pelo grupo liderado por Júlio de Mesquita. Estavam nos partidos políticos Florestan Fernandes (no PT) e Darcy Ribeiro (no PDT). Construíram e aplicaram permanentemente o seu conhecimento sobre a realidade nacional dentro dos órgãos estatais, como o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP). Formularam e difundiram suas idéias dentro da Universidade que, para Fernando de Azevedo, constituía um centro promotor

³ Darcy Ribeiro faz uma apreciação carioca e getulista do Manifesto. Atribui a Getúlio Vargas a responsabilidade pelas grandes transformações sociais do Brasil, inclusive no campo educacional (criação do Ministério da Educação e Cultura e Universidades). Para ele esse movimento que agregou Pioneiros e Getúlio só foi efetivamente rompido com a LDB (1961). Esta leitura talvez se justifique no processo de cooptação que Getúlio exerceu sobre os intelectuais e educadores (nem sempre bem sucedido) e na competência que teve de aniquilar o federalismo e impor o centralismo ao país, logo reforçado pelo autoritarismo do Estado Novo. As teses do Manifesto salientando a necessidade da escola única para reforçar o nacionalismo e preparar o homem para o mundo da produção se ajustavam aos propósitos políticos do governo inaugurado com a ditadura. O ponto destoante era a sua ênfase na democracia. Para Florestan Fernandes o Manifesto inaugura uma era inovadora na esfera do ensino, trazendo um discurso moderno para a educação brasileira na medida em que constituiu uma virada na perspectiva obscurantista até então dominante sobre educação.

e difusor da cultura nacional e de elites. Já para Florestan Fernandes, tratava-se de uma instituição conservadora que foi em 1986 substituída pela militância partidária e pela atividade publicista.

O problema crucial desses intelectuais vanguardistas que pensavam a constituição de um campo cultural no País era a questão da identidade nacional e das instituições. Era preciso, segundo eles, organizar o espírito nacional, a “nação”, forjar a construção de um “povo”, escolarizando-o, criando uma cultura política que fosse capaz de assegurar a unidade e a integração nacionais. Os eixos principais de aglutinação dos intelectuais dessa geração repousavam na busca imperativa de se educar o povo através da instrução pública, da reforma do ensino, da construção de um campo cultural. Essa busca imperativa acabou por produzir um discurso pedagógico que tinha como objetivo diagnosticar as mazelas nacionais, por meio de uma visão sociológica da realidade brasileira. Esse projeto nacional haveria de incorporar a criação de um novo espírito de nacionalidade, absorto na tentativa de debelar o atraso brasileiro por intermédio de um combate sistemático às epidemias, à miséria e ao analfabetismo, frutos da herança colonial.

A trajetória dessa *intelligentsia* foi marcada por identidades plurais, constituídas a partir da produção, muitas vezes, articulada entre pensamento e ação. Assim, podemos perceber em Fernando de Azevedo, o professor (educação física, filosofia, latim, psicologia, sociologia); o jornalista (crítica literária e educação), o educador ativista (redator de Manifestos, realizador de reformas educacionais, criador de universidade); o administrador da educação; o pensador e humanista da Cultura e da Ciência; o pesquisador (inquéritos, censos, etc.); o executivo (diretor de editora); e o acadêmico da Academia Brasileira de Letras.

Em Anísio Teixeira é possível registrar a presença do educador, filósofo e teórico da educação brasileira, advogado, professor de filosofia da educação, ativista e renovador (legislação do ensino), administrador nos quadros do Estado (Diretor Geral da Instrução Pública no Distrito Federal e na Bahia; criador da Universidade do Distrito Federal; Diretor do INEP), membro do Conselho Federal de Educação, Reitor da Universidade de Brasília, consultor da Fundação Getúlio Vargas, professor emérito da UFRJ, publicista e autor de inúmeras obras sobre educação.

A trajetória de Darcy Ribeiro é a do antropólogo, com vivência entre os índios; professor (mestre universitário); fundador de universidades (UnB e UENF); pesquisador das Ciências Sociais; educador e implantador de escolas; Ministro de Estado; escritor, romancista,

político; administrador; Secretário de Cultura e acadêmico de fardão, membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). Também ao lado dos educadores radicais, assinalamos em Florestan Fernandes o acadêmico competente que, nos anos 40, se volta para a *construção do saber do outro* (Maria Rosa de Abreu, [s/d]:23); o sociólogo ativista que, nos anos 50, estará presente na frente de combate em defesa da escola pública, na Campanha que acompanhou as discussões que envolveram a primeira LDB e que, até recentemente, deu continuidade a essa luta no espaço do Legislativo e através da imprensa, quando da tramitação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Na leitura das histórias de vida desses intelectuais educadores, destacamos, em primeiro lugar, a origem social de Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira. O primeiro, filho de família modesta do interior de Minas, menino e jovem teve que se sobressair nos estudos e buscar emprego por conta própria. Já Anísio teve origem social tradicional, visto ser filho de coronel de Caetité, interior da Bahia, o que facilitou seus estudos e seu ingresso na carreira pública.

A formação escolar de ambos apresenta traços comuns, oriundos de estudos em colégios jesuítas e de formação jurídica em que predominam tendências de valorização dos estudos humanistas. Em Fernando de Azevedo essa marca se acentua, tanto nas suas primeiras publicações quanto nas disciplinas às quais se dedicou nos primeiros anos de magistério e de jornalista (crítico literário). É possível mesmo afirmar que a preocupação com a questão educacional, que se manifesta nos dois, tem suas raízes na formação escolar jesuítica.

O processo de ruptura com o ensino religioso e a guinada em prol do ensino público surge, tanto para Fernando de Azevedo quanto para Anísio Teixeira, no mesmo período. No primeiro, começa a se manifestar à época da elaboração do Inquérito sobre a instrução pública em São Paulo (1926), quando inicia a campanha pela criação de universidades. No segundo, o afastamento dos ideais de educação tradicional ocorre quando Anísio viaja para os Estados Unidos e entra em contato com as idéias de John Dewey. Logo em seguida, os dois se conhecem e trabalham juntos visando criar um sistema público de educação no País. Nos dois, destaca-se o empenho na realização de reformas que atingissem a educação escolar em todos os níveis: do elementar à universidade.

Um dos elementos discordantes era o ponto de partida para essas reformas. Enquanto Anísio preferia iniciá-las no ensino elementar – a universidade das crianças –, Fernando de Azevedo proclamava que a primeira necessidade era educar as elites para que estas, uma vez preparadas, pudessem educar o povo.

Através da Sociologia os educadores liberais e, pouco mais adiante, também os socialistas, acreditaram dar ao discurso pedagógico o *status* científico de que ele necessitava. Foi assim da Sociologia, especialmente de Durkheim, que os educadores liberais extraíram subsídios científicos para elaboração de seus manifestos à nação e, além disso, forjaram os planos de reformas educacionais através do quais inauguram suas intervenções na educação pública. Com a Sociologia, os intelectuais apostaram que superariam os seus limites de pensar o País e procurariam soluções para debelar os problemas sociais. A contribuição da Sociologia consistia na produção de um discurso científico, capaz de contemplar a reformulação pedagógica, e na criação de uma nova pedagogia voltada para as questões sociais. Tinha o objetivo de diagnosticar as mazelas nacionais, decifrar enigmas da cidade. O tom mais filosófico enunciado pelo discurso de Anísio Teixeira – influenciado pelo pragmatismo de Dewey - não se opunha ao discurso sociológico que marca a trajetória de Fernando de Azevedo. Ambos se complementam, contribuindo inclusive para modernizar e dar flexibilidade ao projeto durkheimiano de educação, com o qual Azevedo se identifica.

Para ambos, a ABE é o espaço estratégico de articulação de pensamento e ações para intervenção no campo educacional e a era Vargas representava tanto a possibilidade de projeção da educação pública no plano nacional, quanto um período de sérias contribuições advindas de situações distintas. Para Fernando de Azevedo, aliado das elites paulistas, representou desde cedo o alijamento do centro do poder nacional e a limitação de suas ações ao Estado de São Paulo.

Já no caso de Anísio Teixeira, o período inicial de Getúlio Vargas não representou obstáculo às suas intervenções na educação no Distrito Federal (1931-1935), na gestão do prefeito Pedro Ernesto. Mas, a partir de 1935, a perseguição de Vargas e seus aliados, destacando-se entre eles Alceu Amoroso Lima e Pedro Ernesto, impôs ao educador do Distrito Federal o seu primeiro silenciamento e a desarticulação de sua obra.

Em 1947, Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo retornaram à cena pública para exercerem cargos de secretários de Educação. Fernando de Azevedo em São Paulo e na Anísio Teixeira na Bahia, onde criou a primeira escola-parque, o Centro Educacional Carneiro Ribeiro, embrião dos Cieps.

No quadro abaixo sintetizamos alguns traços significativos da versão liberal em defesa da educação pública, extraída dos educadores Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Quadro I – Versão Liberal de Defesa da Educação Pública

Categorias	Anísio Teixeira	Fernando de Azevedo
1.Sociologia da Educação	Possibilita um posicionamento consciente do homem para compreender a realidade social do mundo urbano, de modo racional e impessoal. A Sociologia da Educação permite trazer as formas de representação da realidade social para dentro da escola.	Atividade histórica de produção de conhecimento sobre a realidade social. Relação que une as doutrinas da educação aos fatos pedagógicos entendidos como processos e instituições.
2. Educação Pública	Defende a educação pública para todos, especialmente para as classes populares . A construção do sistema público de ensino se faz de baixo para cima (ensino básico para a universidade).	A educação pública, obrigatória, laica e gratuita possibilita a disseminação da cultura para o povo, escolarizando-o e quebrando os valores hierarquizados da sociedade.
3. Reforma	A reforma emerge da sociedade sempre que o sistema escolar não atende mais às demandas sociais.	A reforma tem a perspectiva de restaurar o novo a partir de valores de “civilização” cunhados na Europa e nos Estados Unidos pós-guerra, para transformar o Brasil em um país moderno. Ela pressupõe um sistema de educação nacional inspirado no escolanovismo. Tem como principais eixos: extensão do ensino e ampliação do sistema educacional; articulação de diferentes níveis e modalidades de ensino e integração das instituições escolares em um plano único e sistemático de educação pública; adaptação do sistema educacional ao mundo social.
4. Democracia na educação	A democracia dá-se no processo de socialização e, nesse sentido, o ideal democrático passa pela educação pública, obrigatória, laica e gratuita para todos: “só existirá uma democracia no Brasil, no dia em que se montar a máquina que prepara para a democracia. Essa máquina é a escola” (A . Teixeira,1936:247).	A democracia tem significado de estabilidade política das instituições capazes de promover a igualdade de oportunidades e servir de instrumento para a reconstrução social.
5.Universidade	A universidade tem a finalidade de desenvolver o saber em todos os seus aspectos, estimulando a criatividade intelectual e formando quadros de intelectuais. Cabe a ela o papel de interlocutora com o mundo moderno.	A universidade tem a função de investigar, transmitir e produzir conhecimentos sobre a realidade e de formar quadros de profissionais, inclusive professores para o ensino secundário.
6.Educação e Política	Anísio Teixeira não pertenceu a nenhum partido político. Construiu seu espaço político atuando no setor público, ocupando postos para concretizar seus ideais educacionais.	Advoga “neutralidade” em relação à política e aos partidos.

Em meados dos anos 50, Anísio e Fernando atuaram juntos na área da pesquisa educacional, pois, o primeiro foi nomeado diretor do INEP e o segundo dirigiu em São Paulo o Centro Regional de Pesquisas Educacionais. Nessa época, Darcy Ribeiro⁴ agregou-se ao trabalho educacional dos Pioneiros e iniciou sua incursão nesse campo.

⁴ Darcy Ribeiro recebeu o convite do professor Donald Pierson (1944), para fazer a Escola de Sociologia e Política. Deixou Montes Claros, matriculou-se na Escola e graduou-se em Sociologia com especialização em etnologia, decidindo dedicar-se

A inserção de Darcy no campo da educação se dá a partir de um contato com Anísio Teixeira em 1959, quando surge o convite para dirigir o Programa de Pesquisas Educacionais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. Darcy Ribeiro faz questão de destacar que sua iniciação no campo educacional ocorreu pelas mãos de Anísio Teixeira, ao lado do qual participou das lutas no CBPE, por ocasião da campanha em defesa da escola pública, e no trabalho de construção e implantação da educação primária em Brasília e de criação da Universidade de Brasília. Darcy afirma que foi seu principal colaborador e discípulo, tendo dado continuidade às suas idéias:

Eu fiquei apaixonado pelo Anísio e ele por mim. Isso foi em 1952. Em seguida ele me chamou – há muitos detalhes nessa história – para dirigir o Programa de Pesquisas Educacionais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais. E eu comecei o programa de pesquisas mais ambicioso que existe no Brasil: de sociologia, antropologia, de história. Para caracterizar a sociedade brasileira, para aprender tudo sobre ela, o que podia ser útil para planejar a educação. Nisso, eu comecei também a me interessar pela educação praticamente. (Darcy Ribeiro, entrevista, 1993)

Muito próximo a Anísio Teixeira, Darcy tem, no período de 1957 a 1960, uma importante participação no campo educacional, assumindo a direção da Divisão de Estudos Sociais do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE), do Ministério da Educação e Cultura, a vice-direção do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos e, como convidado, a coordenação do plano de criação da Universidade de Brasília.

Já no final da década de 50, a visão social da educação assume para Darcy um sentido de denúncia política. Darcy Ribeiro ligado a instituições vai para o interior do aparelho do Estado, participa como delegado na equipe da UNESCO (1956); assume a direção do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais – CBPE (1957); torna-se Ministro da Educação e Cultura no Governo de João Goulart (1962), pondo em execução o Plano Nacional de Educação.

Nos anos 50, surge no cenário dos debates educacionais, a figura de Florestan Fernandes. Nascido em S. Paulo, em 1920, Florestan Fernandes bacharelou-se em Direito na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras Da Universidade de São Paulo. As vias de acesso de Florestan às questões educacionais, embora presentes desde cedo, ainda estudante, como ele faz questão de ressaltar, são de fato pavimentadas por dentro da sua vida acadêmica, como

aos estudos de grupos indígenas. O contato diário com o exilado político e antinazista, o etnólogo alemão Baldus, acabou seduzindo-o a estudar a etnologia indígena brasileira. Darcy mergulhou, então, nos estudos de observação direta da conduta humana, através da pesquisa de campo sociológica e antropológica.

professor da Faculdade de Filosofia Ciências e Letras da USP. Lá, Florestan não só obteve sua formação universitária (1941-1944), como iniciou sua carreira docente na cadeira de Economia, em 1945, a convite de Fernando de Azevedo, a quem conheceu em 1942. A partir de então tornou-se um sociólogo dedicado aos estudos e pesquisas acadêmicas. Em 1958, Florestan juntou-se a Anísio e a Darcy para defende os interesses da escola pública contra o substitutivo de Carlos Lacerda à Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nos anos 60, há duas fases a destacar. A primeira, no período João Goulart, representou um espaço aberto à atuação dos educadores adeptos da escola pública e foi marcada por iniciativas como a criação da Universidade de Brasília e a elaboração de um Plano Nacional de Educação. Neste período Darcy foi Reitor da Universidade de Brasília (UnB) e Ministro da Educação do governo João Goulart. A criação da UnB representa um processo de publicização da esfera educacional, um engajamento na perspectiva de se apostar na produção de saber, na maioridade na produção desse saber e a possibilidade de se formular um projeto capaz de integrar conhecimentos e difundi-los. Segundo Darcy, a Universidade de Brasília era, então, de certa forma a aspiração mais profunda da intelectualidade brasileira, particularmente dos cientistas. Foi a comunidade científica, através da SBPC, quem mais o assessorou no projeto da UnB.

A fase iniciada com o golpe de 1964 fechou esse ciclo de esperanças e possibilidades de realizações com a perseguição a Anísio (morto em 1971 em circunstâncias estranhas) e o exílio de Darcy Ribeiro e Florestan Fernandes. Os anos 70 encerraram, portanto, os ciclos de vida e de realizações de Anísio e Fernando de Azevedo (falecidos em 1971 e 1974, respectivamente).

Depois de 64, Anísio e Darcy foram exilados. Darcy foi para o Uruguai. Anísio ficou no Rio de Janeiro, fazendo traduções. Darcy sobreviveu no exílio como reformador de universidades na América Latina e como literato. Depois passou a fazer consultoria para outros países. Florestan Fernandes retornou às suas atividades universitárias nos Estados Unidos e Canadá e manteve a de pesquisador publicando obras sobre a situação brasileira e latino-americana.

Darcy Ribeiro regressou ao Brasil definitivamente em 1979. Em 1980 ingressou no Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola. O PDT tentava reviver a corrente de esquerda do trabalhismo político, tendência do trabalhismo herdado de Vargas. No PDT, Darcy retoma uma vida política mais ativa, forjando novos caminhos no campo político-administrativo, criando espaço na esfera da política educacional para a crítica da

educação como uma instituição falida e que se deve voltar-se principalmente para a formação do “Cidadão do Segundo Milênio”. De característica social-democrata, seu programa dá especial ênfase à promoção da infância. Eleito vice-governador do Rio de Janeiro, em 1982, na chapa de Brizola como governador, Darcy assume também a Secretaria de Estado de Cultura e realiza um projeto educacional ambicioso: a criação dos Centros Integrados de Educação Pública (Ciep). A partir de então, Darcy, Vice-Governador e depois Senador da República, entregou-se à defesa e construção das escolas públicas de tempo integral – os Cieps – e à criação da Universidade Estadual do Norte Fluminense (UENF).

Como Senador, Darcy destacou-se nacionalmente por seu desempenho nas áreas da cultura e da educação. O projeto de LDB apresentado pelo Senador reafirmava a sua crença no projeto dos Cieps, no que diz respeito à escola fundamental. O Ciep é apresentado como uma proposta revolucionária de educação pública: escola única, gratuita e laica.

A proposta de educação pública de Darcy Ribeiro desaguava num modelo de escola de tempo integral, numa tentativa de prosseguir com o ideal de seu mestre Anísio Teixeira. Esse modelo de escola, por sua vez, não é, como se pensa, uma criação de Anísio Teixeira ou Darcy Ribeiro. Ele se constitui uma regra nos países avançados. O período de permanência na escola é a base para seu sucesso. Para Darcy Ribeiro, a atual escola pública brasileira não se adequa às necessidades de seu alunado majoritário, ou seja, o aluno de classe baixa. Por isso defende a escola de tempo integral como o Ciep, como forma de suprir as carências dos alunos propondo programas alimentar, de saúde e de educação física para as crianças e jovens.

A sua visão de escola pública pressupõe outros aspectos ligados às bases do desenvolvimento democrático da nação, como o estudo da língua como “elo integrador das áreas do currículo”. (Ribeiro, 1992). Para Darcy a escola pública de hoje enfrenta problemas que reforçam o seu caráter elitista e discriminatório evidenciados no fracasso e na repetência a que submete sua clientela. Trata-se de uma escola desonesta e imprópria para a população a que tenta servir.

No segundo mandato de Brizola (1990-1994), Darcy se depara com mais um desafio: criar uma universidade no Norte Fluminense. Diante da responsabilidade de criar um projeto de universidade, neste caso a Universidade do Estado do Norte Fluminense (UENF), Darcy Ribeiro se sente honrado com a nova missão, e afirma que “a universidade cristaliza um complexo de ações resultantes de sua história” (1993: 28).

A contribuição dada por Florestan à educação está justamente na sua caracterização em um contexto social, tal como explicita quando examina as questões educacionais. A questão importante para o sociólogo, não consiste em determinar se a educação escolarizada seria “isto” ou “aquilo” – como fonte de conservantismo ou de radicalismo na preparação do homem para a vida. Mas, para saber como ela se torna “isto” ou “aquilo”, mediante o uso social que se faça das instituições escolares para atender às necessidades educacionais do ambiente. Essa conclusão leva-nos, diretamente, ao que é fundamental. A educação escolarizada tanto pode ser compreendida como “produto” da mudança social, quanto como seu “requisito” e até seu “fator específico” (Fernandes, 1989:85).

Foi a partir dessa visão de educação que Florestan se engajou, junto com outros intelectuais, na luta pela defesa da escola pública, assinando o Manifesto de 1959. Da mesma forma, mobilizou-se em torno da aprovação da LDB, em 1961, das discussões sobre a reforma do ensino superior nos anos 60 e atuou como articulista, no suplemento literário do jornal *O Estado de São Paulo* entre os anos 50 e 60. Florestan cumpriu mandato de deputado constituinte, entre 86 e 90, tendo sido reeleito em 1990.

Apesar do engajamento em movimentos como o de defesa da escola pública, é a partir do processo de redemocratização do País e da fundação do Partido dos Trabalhadores (PT) que Florestan passa a ter uma vida político-partidária de fato. Foi assim que o autor se elegeu Deputado Federal Constituinte por São Paulo pelo PT, em 1986, com cerca de 50 mil votos, tendo sido reeleito em 1990.

Florestan via os partidos políticos como agentes sociais, capazes de mobilizar e organizar a sociedade para as grandes mudanças no campo educacional. Florestan afirma que o PT só pode encarar a educação por uma ótica socialista, ou seja, a partir de uma perspectiva de classe. A educação, nessa perspectiva, extrapola os limites da formação escolar, ganha o terreno das práticas sociais e da liberdade, torna-se uma importante ferramenta para a emancipação das classes sociais e para superação das desigualdades sociais, econômicas e culturais.

De 1989 a 1995 Florestan escreveu uma coluna semanal na Folha de S.Paulo defendendo as suas idéias socialistas e discutindo os grandes dilemas da sociedade brasileira. Em um dos artigos, publicado na Folha de S.Paulo, 6 de novembro de 1992, expôs a sua preocupação em relação ao encaminhamento dado aos projetos de Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Defendeu o projeto Jorge Hage que, segundo ele, ganhou novos contornos no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, a primeira tentativa de participação popular no

processo legislativo. Manteve-se, desse modo, fiel às suas idéias de defesa da educação popular pública.

Em depoimento concedido em 1992, Florestan lamentava que os partidos conservadores atribuíssem um caráter corporativo ao substitutivo que tramitava na Câmara, e que se originara das lutas e reivindicações dos educadores. Florestan distingue e defende o interesse corporativo *stricto sensu*, que considerava legítimo pois lá estavam os que atuam na área da educação e que sabem, por experiência, do que precisamos para dar mais eficiência ao sistema educacional. Nessa perspectiva este corporativismo era construtivo e diferente do interesse, por exemplo, da escola particular, que visa sobretudo o lucro e o controle ideológico, interditando mudanças radicais de pensamento e de ação dos jovens e dos adultos que se educam.

O projeto da LDB foi aprovado na Câmara, em 1993. Florestan faleceu em agosto de 1995, antes, portanto, da aprovação do projeto do Senado. Acompanhou no entanto a tramitação do projeto apresentado por Darcy Ribeiro que não levou em consideração o projeto da Câmara, considerado por Darcy como algo que “congelava o sistema educacional”(Darcy, Folha de S. Paulo, 1992:2).

Apresentamos abaixo uma síntese das visões de Darcy Ribeiro e de Florestan Fernandes a respeito de temas que envolvem a educação.

Quadro II – Versão Radical de Defesa da Educação Pública

Categorias	Darcy Ribeiro	Florestan Fernandes
1.Sociologia da Educação	A pesquisa integrada a área das Ciências Sociais é instrumento útil para o planejamento da educação.	A perspectiva da Sociologia é crítica e assumidamente socialista. A Sociologia da Educação se ocupa dos nexos entre estruturas e processos, isto é, da relação

		entre os processos educacionais e o conjunto de instituições que os sustentam transformando ou mantendo a ordem social vigente. A Sociologia da Educação contribui para compreender e caracterizar os fenômenos do campo educacional.
2.Educação Pública	A educação tem o papel de buscar a mudança e a transformação cultural e social. A defesa da escola pública está associada à idéias da reconstrução nacional. Um projeto de educação pública universal seria capaz de operar mudanças expressivas no sistema de significados, crenças, mitos.	A escola pública é instrumento fundamental de mudança e de auto-emancipação (intelectual, cultural, política) das classes populares. O professor e a escola podem contribuir para identificar o proletariado com uma consciência social socialista (F.Fernandes, 1989:178). A mudança na educação deve ter dimensão nacional e buscar a autonomia cultural.
3.Reforma	A reforma da educação deve buscar a identidade nacional, a reconstrução da nação. Ela pressupõe professores bem preparados, com curso superior.	A reforma soa como um meio-caminho, algo distante da efetiva transformação da ordem social vigente e dos rumos que a educação deve tomar neste processo.
4.Democracia na educação	A democracia é um caminho importante para implantação de reformas que modernizem o país e contribua na superação de suas desigualdades sociais.	A democracia significa a universalização das oportunidades educacionais. A democracia na educação é uma dívida histórica que a República não saldou.
5.Universidade	A universidade é o espaço em que a pesquisa, o ensino e a experimentação se integram para estudar temas e problemas relevantes para o desenvolvimento social, científico e tecnológico. Para superar os problemas e desafios a universidade deve ter uma visão crítica.	A universidade brasileira sofre de um mal congênito, fruto de sua formação nos moldes de unidades conglomeradas. Trata-se de um modelo de universidade decorrente da dependência do Brasil aos grandes centros culturais. Florestan concebe a universidade como uma instituição conservadora pois está atrelada à dependência cultural, ao seu caráter elitista e distanciada dos problemas sociais.
6.Educação e política	Experimentou o papel de intelectual e de político para expressar suas idéias e implementá-las. A UnB e a UENF, os Cieps e a LDB/96 são duas de suas principais realizações.	Teve uma vida marcada pelo engajamento político-partidário de teor socialista, a serviço da emancipação das classes populares.

CONCLUINDO

Para finalizar vale registrar que a primeira geração de educadores reformistas, nascida das hostes do campo do Direito (Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo), ocupa, desse modo, as agências do Estado visando à criação de condições para civilizar o povo e forjar uma sociedade moderna. Formadas em escolas tradicionais (jesuíticas), assimilou conhecimentos e valores que impuseram uma reflexão à sua formação original. Pela reconstituição de suas trajetórias, pode-se compreender não só o processo pelo qual ocorrem as suas conversões, bem como a concepção de um discurso que se opunha à pedagogia tradicional na qual haviam sido educados. Seus seguidores, contudo, não foram meros reprodutores de suas idéias e realizações. Sob condições históricas novas e diferentes, eles

acabaram por assumir o discurso pedagógico com novas entonações ideológicas e novas estratégias para tentar viabilizá-las. Vale ressaltar ainda que diferindo dos procedimentos implantados pelos seus antecessores, a segunda geração de educadores não mais liberal, mas sim socialista, não lançou mão para expressar e divulgar as suas idéias de uma instituição caracteristicamente educacional como foi a ABE. O partido político foi o veículo alternativo e mais moderno de difusão e realização de seus projetos de reforma educacional. Ao invés de se preocuparem com a divulgação de um discurso único sobre a questão da educação pública, promoveu as suas propostas e realizações em partidos diferentes, nitidamente marcados por visões divergentes sobre o trabalhismo e o socialismo, o que certamente acarretou uma forma diversa de ver a educação pública, de pensar e agir sobre ela.

Em termos das categorias destacadas nos quadros I e II, observamos que, a despeito das linhas de continuidade entre educadores liberais e socialistas tenderem a relacionar Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro e Fernando de Azevedo e Florestan Fernandes, em termos de compromisso popular Anísio Teixeira e Florestan Fernandes estão mais próximos. As categorias Sociologia da Educação, Educação Pública e Democracia na Educação atestam a afinidade maior entre esses últimos educadores. Já a categoria Educação Pública assinala uma certa afinidade entre Fernando de Azevedo e Darcy Ribeiro. No que diz respeito as concepções de Reforma e de Universidade, Florestan Fernandes esboça uma postura mais radical entre todos os educadores.

Hoje pode-se verificar a recorrência de várias dessas propostas, muitas vezes consideradas como inovadoras, mas que na verdade se inspiram nas realizações dos educadores liberais e radicais. A eficácia dessas realizações, cerceadas e mitigadas em sua época deve ser alvo de profunda reflexão para inspirar políticas para o sistema

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Maria Rosa. *Memória Viva da Educação Brasileira*. Brasília, INEP, s./d.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda. *História da Educação*. São Paulo: Editora Moderna, 1989.
- AZEVEDO, Fernando. *Sociologia Educacional*. 2. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1951.
- _____. *Novos Caminhos e Novos Fins*. São Paulo: Melhoramentos, 1958.
- _____. *A Cultura Brasileira*. 4. ed. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1963.

- _____. *Histórias de Minha Vida*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1971.
- _____. *Figuras de Meu Convívio*. Obras completas, vol. XVII. Ed. Melhoramentos.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Persona, 1977.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- _____. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues (org.). *A Questão Política da Educação Popular*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- BUFFA, Ester & NOSELLA, Paolo. *A Educação Negada. Introdução ao Estudo da Educação Brasileira Contemporânea*. São Paulo: Cortez, 1991.
- BURREL, Gibson & MORGAN, Gareth. *Sociological Paradigms and Organizational Analysis*. Alder Shot, Gower, 1985.
- CÂNDIDO, Antonio. *Recortes*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- CARDOSO, Irene R. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo: Cortez, 1982.
- COUTINHO, Carlos Nelson. *Democracia e Socialismo*. São Paulo: Cortez, 1992.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. Comemorando o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova/32. In: *Educação & Sociedade*. Campinas, UNICAMP, Ano IV (12), n.2, p.5-13, set., 1982.
- DEWEY, John. *Vida e Educação*. 8. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1973.
- FERNANDES, Florestan. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Nacional, 1959.
- _____. *A Sociologia numa Era de Revolução Social*. São Paulo: Nacional, 1963.
- _____. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Dominus, 1966.
- _____. *A Sociologia no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1977.
- _____. *A Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* São Paulo: Alfa-Omega, 1979.
- _____. *O Desafio Educacional*. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. “Conservadores mutilam o projeto de educação nacional”. In: *Plural*. Florianópolis, n.2, jan./jun., 1992, p.28.
- _____. In: Damasceno, Alberto et alii. *A Educação como Ato Político-Partidário*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.
- _____. *Memória Viva da Educação Brasileira*. Brasília: MEC/INEP, 1991.

- FILHO, Luís Viana. *Anísio Teixeira - A Polêmica da Educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.
- GADOTTI, Moacir & PEREIRA, O. *Pra que PT: Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GAWRYSZEWSKI, Alberto. *Administração Pedro Ernesto*. Rio de Janeiro, DF, 1931-1936.
- GHIRALDELLI Jr., Paulo. *História da Educação*. São Paulo: Cortez, 1990.
- GOMES DE SOUZA, I. R. *O Partido dos Trabalhadores e a Questão Democrática*. Águas de São Pedro, ANPOCS, 1983.
- GRACINDO, R.V. *O Escrito, o Dito e o Feito. Educação e Partidos Políticos*. São Paulo: Papirus, 1994.
- GRAMSCI, Antonio. *Obras Escolhidas*. Vol. I, Vol. II, Lisboa: Estampa, 1974.
- _____. *Maquiavel, a Política e o Estado Moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- _____. *Os Intelectuais e a Organização da Cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- GRAWITZ, Madeleine. *Méthodes des Sciences Sociales*. Paris: Dalloz, 1986.
- IANNI, Octávio. *Sociologia da Educação*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1989.
- JAPIASSU, Hilton. *Questões Epistemológicas*. Rio de Janeiro: Imago, 1981.
- KUHN, Thomas. *A Estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978.
- LEAL, Maria Cristina. “Fernando de Azevedo: Um Exercício Teórico e Prático de Sociologia da Educação.” *In: Arché*. Rio de Janeiro, Fac. Int. C. Mendes Ipanema, ano IV, n.10, 1995,p.135-58.
- LEMME, Paschoal. *Memórias*. Vol. I, II, III, IV. INEP, São Paulo: Cortez , 1988.
- LIMA, Hermes. *Anísio Teixeira - Estadista da Educação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.
- LOVISOLO, H. *Educação Popular: maioria e conciliação*. Salvador, UFBA/Empresa Gráfica da Universidade Bahia, 1990.
- MAINGUENEAUD, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 1993.

- MANOEL, Luis Lima Salgado Guimarães. *Educação e Modernidade. O Projeto Educacional de Anísio Teixeira*. Tese de Mestrado da PUC, 1982.
- MARTINS, Luciano. A Gênese de uma Intelligentsia. Os intelectuais e a política no Brasil. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v.2, p. 920-40, jun., 1987.
- _____. *Revisão Brasileira de Ciências Sociais*. Artigo de junho de 1987.
- MENEGUELLO, R. *PT: A Formação de um Partido (1979-1982)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- MICELI, Sérgio. *Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil. 1920 a 1945 (Corpo e Alma do Brasil)*. São Paulo: Difel, 1979.
- MONARCHA, Carlos. *A Reinvenção da Cidade e da Multidão*. São Paulo: Cortez, 1989.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da Cultura Brasileira. 1933-1974*. 6. ed. São Paulo: Ática, 1990.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. São Paulo: EPU/MEC, 1974.
- NEGT. In: Hobsbawm, Eris. J. (org.) *História do Marxismo. O Marxismo na Época da II Internacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. Parte I.
- NUNES, Clarice. *Anísio Teixeira: A Poesia na Ação*. Tese de Doutorado. Departamento de Educação PUC/RJ, 1991. 2 v.
- OLIVEIRA, J. *Alguns Aspectos da Reforma Anísio Teixeira no Rio de Janeiro*. Retratos do Brasil, v.3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960. pp. 191-209.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso & Leitura*. São Paulo: Ed. Unicamp, 1988.
- _____. *As Formas do Silêncio*. 2. ed. São Paulo: Ed. Unicamp, 1993.
- PAIM, Antonio. *A UDF e a Idéia de Universidade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1981.
- PINTO, Diana C.; PIMENTEL, M. A. L.; LEAL, Maria Cristina. *Sistema Público de Ensino no Brasil*. S. Paulo, Loyola, 2000. (no prelo)
- PENNA, Maria Luiza. *Fernando de Azevedo: Educação e Transformação*. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- PILETTI, Nelson. *Educação e Mudança Social*. Brasília, INEP, 1986.
- _____. *Fernando de Azevedo: A Educação como Desafio*. Prêmio Grandes Educadores Brasileiros. Brasília, INEP, 1986.

- RIBEIRO, Darcy. *Anísio Teixeira, Pensador e Homem de Ação*. Retratos do Brasil, v. 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- _____. *A Universidade Necessária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- _____. *Aos Trancos e Barrancos - como o Brasil deu no que deu*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1985.
- _____. *Testemunho*. São Paulo: Siciliano, 1990.
- _____. Com a Palavra. In: *Revista Informação Pedagógica*, n. 1, Rio de Janeiro: SEEPE, 1993.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- SADER, Emir (org.) *E agora PT? Caráter e Identidade*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- _____. (org.) *1994: idéias para uma Alternativa de Esquerda à Crise Brasileira*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.
- SCHWARTZMAN, S. et alii. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; UDF, São Paulo: EDUSP, 1984. pp.210-211.
- SILVEIRA, Juracy. *Anísio Teixeira: Pensamento e Ação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.
- TEIXEIRA, Anísio. *Educação Progressiva*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1934.
- _____. O Sistema Escolar no Distrito Federal. In: *A Escola Primária*, n. 12, março de 1934.
- _____. *Educação para a Democracia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- _____. *A Educação e a Crise Brasileira*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1956.
- _____. A Escola Brasileira e a Estabilidade Social. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, vol. XXVIII, n.67, p.3-29, 1957.
- _____. *Educação é um Direito*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1967.
- _____. *Educação e o Mundo Moderno*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.
- _____. *Educação não é Privilégio*. 3. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1971.
- _____. *Educação no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1976.
- _____. *Ensino Superior no Brasil. Análise e interpretação de sua evolução até 1969*. Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

VALA, Jorge. A Análise de Conteúdo. In: Augusto Santos Silva & José Madureira Pinto (orgs.) Metodologia das Ciências Sociais. Porto: Afrontamento, 1989.

WARDE, Miriam Jorge. O Manifesto de 32: Reconstrução Educacional do Brasil. *Revista da Associação Nacional de Educação*. São Paulo, n. 10, ANDE, ano I (5):8-10, 1982.

Documentos

A Reconstrução Nacional do Brasil. 1. ed. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1932.

Boletim de Educação Pública. *O Plano Regulador de Edificações Escolares*. Nereu Sampaio, jul/dez., 1932, p.371.

Boletim da UDF, jul/dez., 1935. p. 1-15.

Decreto nº 5513, de 4 de abril de 1935. Institui na cidade do Rio de Janeiro a Universidade do Distrito Federal e dá outras providências. Prefeitura do Distrito Federal, Rio de Janeiro. Oficinas Gráficas do Jornal do Brasil, 1935, p. 3-21.

Arquivo Anísio Teixeira. Série Produção Intelectual, AT/s. Ass. pi32/36 CPDOC/ FGV. *Crítica à experiência do 'self-government' na Escola Amaro Cavalcanti*.

III Assembléia Geral da União de Universidades da América Latina. *A Universidade e a Liberdade Humana*. Anísio Teixeira, 1954.

XII Conferência Nacional de Educação. Rio de Janeiro, 1956.

Separata da Revista da C.R.B. nº 39. *Educação segundo Anísio Teixeira, a Filosofia e a Igreja*. Rio de Janeiro, 1958.

Separata da Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. *Discurso pronunciado pelo Professor Anísio Teixeira, na inauguração do Centro Educacional Carneiro Ribeiro*. Vol. XXXI, jan./mar., nº 73. Rio de Janeiro, 1959.

Mais uma vez Convocados. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. XXI, (7):3-24, abr./jun., 1959.

Programa do Partido Democrático Trabalhista (PDT), 1980.

Carta de Mendes. Rio de Janeiro, 1983.

Azevedo et alii. O Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. *RBEP*, Brasília, 65(150): 407-25, maio/agosto, 1984.

Constituição da República Federativa do Brasil. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 1988.

Programa Memória Viva da Educação Brasileira. Brasília, INEP, 12.04.1989. *Agradecimento de Florestan Fernandes ao depoimento da Prof^a Maria Rosa de Abreu.*

Revista Carta. Cap. *Primeira Fala ao Senado*. Darcy Ribeiro, Brasília, 1991.

Reformulação do Sistema Público de Ensino do Estado do Rio de Janeiro. *Diretrizes, Metas e Prioridades*. Secretaria de Estado de Educação do Estado do Rio de Janeiro, 1992.

A Lei da Educação. *Projeto de Lei* do Senador Darcy Ribeiro, que estabelece as Diretrizes e fixa as bases da educação nacional. Brasília, 1992.

Pronunciamento de Darcy Ribeiro no Senado Federal, em 20 de maio de 1992, sobre o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Revista Carta. *Integração, para quem?* Darcy Ribeiro, Brasília, 1993.

Palestra realizada na Universidade Federal Fluminense/ESE. *A Gestão do PT na Prefeitura de São Paulo*. Cortella. Janeiro de 1993.

Plano Orientador da Universidade do Norte Fluminense. Atualizado em 02 de junho de 1993. Darcy Ribeiro. (mimeo).

III Encontro do PDT. Projeto Brasil (2ª versão). Rio de Janeiro, dezembro de 1993

Jornais

Folha de São Paulo. A Calamidade da Educação. 1º Caderno. Darcy Ribeiro, 04.06.92, p.2.

_____. Educação: inconsistências do Legislativo. 1º Caderno. Florestan Fernandes, 6.11.92, p.2.

Jornal do Brasil. Política e Governo, Maria Vitória Benevides, 30.05.93, p.5.

_____. *Dados*, 16.09.93, Entrevista com Darcy Ribeiro.

_____. Couto, *Folha de São Paulo*, 1º Caderno, 25.09.93, p.6.